

Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas

Joseanne Zingleara Soares Marinho*

Resumo: As moças que estudaram na Escola Normal de Teresina, estado do Piauí, durante as décadas de 1930 e 1940, passaram por uma formação educacional que preparava para o trabalho no magistério primário, mas também para a realização das tarefas domésticas consideradas como tipicamente femininas em um futuro casamento. Cabia à instituição escolar esse papel formador porque os poderes públicos em suas várias instâncias defendiam o ideário de que o exercício competente das funções de professora, esposa e mãe pelas normalistas eram atribuições imprescindíveis que forneciam uma base significativa para o desenvolvimento da nação e engrandecimento da pátria brasileira.

Palavras-chave: normalistas, magistério e funções domésticas.

Abstract: The girls who studied at the Normal School of Teresina, state of Piauí, during the 1930s and 1940, passed by an education that prepared teachers to work in primary, but also for the domestical tasks considered typically female in a future marriage. This role was to the training school because the government in its various bodies defending the idea that the responsible exercise of the functions of teacher, wife and mother by normal tasks were essential to provide a significant basis for the development and enlargement of the nation's homeland Brazil.

Key words: normality, teaching and domestic duties

Em Teresina, capital do Piauí, ocorreram várias tentativas frustradas para a instalação da primeira Escola Normal do estado na segunda metade do século XIX. O sucesso ocorreu somente em 1909, com a fundação da Escola Normal Livre.¹ No ano seguinte, o governo estadual assumiu a responsabilidade sobre essa instituição, mudando seu nome para Escola Normal Oficial.² Essa foi uma medida importante porque passou a proporcionar uma oportunidade para as mulheres terem acesso ao restrito mercado de trabalho e também porque possibilitou as condições de expansão da educação primária pelo Piauí, com profissionais formadas adequadamente.

* Mestre em História do Brasil-UFPI e professora da Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

¹ A instituição adquiriu essa denominação porque foi criada a partir da iniciativa particular de um grupo de pessoas que tinham fortes ligações com a Maçonaria e com as idéias dos livre-pensadores. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais:** a condição feminina na Primeira República. Teresina: Bagaço, 2005. p. 83.

² Esse estabelecimento educacional foi assim chamado porque representava o modelo de funcionamento legalizado pelo governo estadual para qualquer Escola Normal que fosse instalada no Piauí. PIAUHY. Decreto n. 1.498, de 17 de novembro de 1933. Equipara à Escola Normal Oficial a Escola Normal de Parnaíba e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Ano de 1933.** Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

No início da década de 1920 é que foi instalado no país um espaço fértil para questionamentos e debates sobre a educação. Esse movimento repercutiu no Piauí, de modo que o governo do estado passou a realizar algumas ações mais sistematizadas na área. Isso ocorria porque a educação estava se firmando cada vez mais como base indispensável para a resolução dos problemas sociais e conseqüente desenvolvimento do Brasil.

Entretanto, somente nos anos de 1930 e 1940, esse movimento com pretensões de desenvolver e renovar a educação teve condições efetivas para ser colocado em prática. Isso ocorreu através de várias iniciativas do governo central como a Reforma Francisco Campos e a Reforma Capanema, que organizaram a estrutura educacional do país, e também com a transformação da educação em uma área importante para os investimentos financeiros dos poderes públicos.

Essas medidas, que estavam incluídas na proposta de modernização do país, provocaram a expansão da educação primária e ainda a melhoria da qualidade educacional. O Piauí seguiu essa orientação federal, aumentando o número de escolas primárias, elevando as taxas de matrículas e melhorando a formação das professoras.

Nesse período, a Escola Normal instalada em Teresina possuía grande prestígio na sociedade local e atingiu sua consolidação como principal instituição piauiense de formação feminina na área docente, adquirindo estabilidade no seu funcionamento e comprovada qualidade de ensino. O curso Normal, na época, profissionalizava para o exercício da função de professora primária, sendo o mais alto nível educacional a que tinha acesso a maioria das mulheres que prosseguiram os estudos após o ensino elementar. As exceções consistiam na formação técnica em outros cursos e na instrução de nível superior.

Podemos perceber que o propósito da educação feminina oferecida pelo governo estadual na Escola Normal durante o período dos anos de 1930 e 1940 não era somente o de oferecer instrução que proporcionasse às mulheres a profissionalização para o trabalho de professora, mas também os conhecimentos adequados para o exercício competente das funções de esposa e mãe.

Segundo o discurso dos poderes públicos, a normalista deveria estar preparada para promover o desenvolvimento saudável dos filhos que teria futuramente com o casamento e contribuir com o fim do analfabetismo infantil, pois, agindo assim, ela favoreceria o progresso da pátria, que seria construído pelas crianças. Essa formação da normalista era realizada especialmente por meio do currículo e da participação nos eventos cívicos.

Um aspecto dessa realidade, observada na Escola Normal de Teresina, é que, apesar de a instituição funcionar como externato misto, a quase totalidade dos alunos pertencia ao

sexo feminino, sendo que, no currículo, havia disciplinas que serviam como diferenciação em relação à educação masculina de forma direta como Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Puericultura, mas também de forma indireta como Educação Moral e Cívica.

A existência dessas disciplinas direcionadas para a formação específica das mulheres revela que o espaço escolar funcionava como produtor de diferenças ao formar feminilidades construídas culturalmente de acordo com a época, não sendo uma condição biológica inerente a cada sexo. Assim, a educação atuava como uma prática social que servia para a constituição e instituição dos sujeitos.

As aulas da disciplina Economia Doméstica enfocavam aspectos como a importância da manutenção de uma casa higiênica para evitar o contágio de doenças na família, os cuidados básicos com os familiares doentes e a preparação dos alimentos. O programa da disciplina também incluía o estudo do custo de vida, o uso racional do dinheiro para o sustento familiar e a sistematização do cumprimento das atividades desenvolvidas no lar.

De acordo com essa estrutura programática, fica claramente explicitado que o objetivo da disciplina era ensinar como as normalistas, que seriam professoras, mas também futuras donas de casa, deveriam exercer as tarefas no lar de forma competente, visando ao zelo com a família. Isso ocorreria com a prática eficiente das atividades domésticas, as quais seriam realizadas segundo as indicações científicas aprendidas na disciplina.

A disciplina Trabalhos Manuais também proporcionava uma formação direcionada para as atividades domésticas, sendo que, para as jovens atingirem o seu aprendizado, deveriam desenvolver algumas habilidades bastante específicas de acordo com o conteúdo programático. No primeiro ano elas deveriam aprender as seguintes atividades:

[...] V-Costura: Bainha simples, ponto de cerrar, pesponto e sobrecostura, ponto aberto, bainha aberta, ponto de haste, ponto russo, ponto de cadeia, franzidos e pregas, casas e alças para botões. Execução de panos de amostra e peças de vestuário. VI-Crochet: Estudo de malha, sua aplicação em trabalhos úteis, sapatinhos, toucas, guardanapos etc. (DECRETO 1.358,1932:6)

Essa disciplina era ofertada ao longo de toda a fase da formação preparatória, a fim de que as normalistas atingissem, a cada ano do ensino Normal, um grau de complexidade cada vez maior nas atividades ensinadas. A intenção era que, ao final do curso, as normalistas se tornassem moças prendadas, dominando habilidades manuais que não serviriam para a profissão de professora primária, mas que faziam parte de uma educação que toda mulher deveria ter, segundo a visão da época.

De acordo com esse modo de pensar, era papel feminino dominar habilidades como corte e costura, *crochet*, diversas técnicas de bordados, trabalhos com *tricot* e tecelagem. Elas eram necessárias especialmente depois do casamento, para que a dona de casa realizasse atividades como consertos de roupas do marido e filhos, além de produzir objetos de uso doméstico, como colchas, guardanapos e toalhas. Essas práticas eram importantes, porque revelavam a dedicação e o carinho que as mulheres deviam ter no cumprimento das responsabilidades cotidianas com a família.

Uma outra disciplina do currículo da Escola Normal que era diferenciada para o público feminino era a Puericultura.³ Isso pode ser identificado no programa da disciplina seguido a partir de 1932:

I-Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil II-Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III-Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV-Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V - Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI-Sub alimentação. Degenerecencia física e mental. VII-Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII-Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos. IX-Escolas maternas, jardins de infância. Idade escolar. (DECRETO 1.358, 1932:9)

Observamos que, mais uma vez, é reforçado o fato de que a formação do curso Normal preparava as jovens para serem professoras, mas também para exercerem o papel de esposas e mães. Nesse sentido, os conhecimentos de puericultura iriam contribuir de forma efetiva para que as normalistas, depois de casadas, utilizassem os procedimentos científicos necessários para exercer a tarefa da maternidade de forma competente. Desse modo, elas saberiam cuidar corretamente de seus filhos, utilizando os conhecimentos adquiridos na Escola Normal, os quais muitas vezes eram suficientes para preservar a saúde e favorecer o correto desenvolvimento físico e mental dos filhos.

³ A Puericultura era baseada nos conhecimentos científicos da medicina moderna. Sua influência crescente a partir das décadas de 1910 e 1920 elevou o bem-estar da mãe e da criança a um novo *status* de prioridade na sociedade. Nessa época, o Estado defendia que a solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso do país dependia da proteção de mães e filhos. Foi dessa forma que começaram a surgir organizações de assistência pública e privada que forneciam ajuda material, cuidados com a saúde, educação e instrução moral para crianças pobres e abandonadas. Esse movimento foi sistematizado apenas nas décadas de 1930 e 1940, quando os governos começaram a aprovar leis de proteção à infância e à maternidade, realizar inspeções sanitárias em escolas e definir os currículos das escolas normais. Para mais informações, ver BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999. p. 99-104.

O resultado do empenho das mães no cuidado com os filhos seria uma nação de brasileiros fortes e saudáveis, como podemos verificar na conferência do Prefeito de Teresina, Dr. Lindolfo Monteiro:

A importância dos conhecimentos da Puericultura cresce à medida das necessidades urgentes e prementes que têm os povos ou os seus governos de zelar pelo futuro da própria integridade da Pátria. Nação forte é aquela cujos filhos são sadios e fortes, é aquela que ampara aos seus filhos desde a vida intra-uterina, como um elemento indispensável à harmonia de sua nacionalidade, é aquela cujos filhos possui, além da capacidade física, a capacidade intelectual [...] (DIA DA RAÇA – DIA DA CRIANÇA, 1936: 7)

De acordo com essas idéias modernas defendidas pelas instâncias governamentais, o investimento nas crianças através da saúde e também da educação formal significava a perpetuação e a glorificação da pátria, porque as crianças seriam responsáveis pelo futuro próspero da nação. De acordo com o ideário da época, para a realização desse projeto que beneficiaria a pátria, era necessária a doação das mulheres ao cumprimento de suas funções de mãe e esposa.

A partir dos anos de 1940, a criação dos cursos de Puericultura passou a atender à determinação do Departamento Nacional da Criança representado, pelo órgão estadual. Assim, em todo o Brasil, deveriam ser oferecidos cursos de formação de “mãezinhas” dentro e fora das escolas normais, não mais apenas para as normalistas, mas para todas as jovens que potencialmente poderiam ser mães.

A Educação Moral e Cívica era outra disciplina importante ofertada de forma obrigatória no curso Normal e em outros níveis de ensino. Seu conteúdo programático enfocava o valor das virtudes morais e também a formação do sentimento de nacionalismo, os quais deveriam ser ensinados às crianças e aos jovens.

Na Escola Normal, essa disciplina tinha em seu conteúdo programático assuntos como a contenção das atitudes instintivas através de um domínio de si mesmo e o estudo de qualidades morais relacionadas à humildade, responsabilidade, amor ao próximo, respeito e obediência. As alunas e os alunos deveriam aprender a cultivar essas virtudes morais e utilizá-las cotidianamente no decorrer da vida, porque, somente agindo assim, poderiam alcançar o bem-estar pessoal e viver harmonicamente em sociedade. Nesse sentido, a normalista, que seria uma futura professora primária, deveria representar um modelo de moral e ética, já que, de acordo com o discurso governamental, caberia a ela a importante missão de contribuir para formar o caráter da criança.

As jovens normalistas também eram instruídas na disciplina de Educação Moral e Cívica a terem poucos namorados até chegar o casamento, para não ficarem mal faladas, sendo que os namoros deveriam reduzir-se ao encontro de olhares e a conversas sempre vigiadas por algum membro da família. As prescrições de comportamento feminino contido e recatado marcavam formas de agir que diferenciavam as “moças de família” das “moças faladas”.

Entendemos que a Escola Normal atuava no sentido de formar as normalistas para manterem a reputação intacta no meio social, sendo concebidas como moças recatadas e exemplos de moral feminina. Esse fato reforça a concepção de que essa instituição não era apenas um lugar de aprendizagem de saberes, mas também de uma profunda formação de consciências.

Outro assunto que deveria ser tratado nas aulas da disciplina de Educação Moral e Cívica da Escola Normal de Teresina era o nacionalismo. Nesse sentido, os sentimentos de respeito, dedicação e amor pela pátria eram virtudes que todo cidadão brasileiro deveria possuir. Para isso eram estudados aspectos como a relevância das comemorações de datas cívicas para a construção do ideal de brasilidade e as atitudes heróicas de brasileiros célebres em defesa da pátria. As normalistas também aprendiam a ter atitudes de reverência e respeito diante de símbolos da nação como a bandeira, o hino e as armas nacionais.

Essa formação cívica era importante para fazer com que as normalistas, depois de formadas, tivessem o comprometimento com a educação de seus alunos e assumissem a profissão como uma verdadeira missão patriótica. No discurso proferido por ocasião da aposentadoria da professora normalista Lídia Cunha Pereira de Araújo, em 1941, podemos perceber esse aspecto:

[...] pelos anos já vividos no honroso encargo de professora, sinto a alma e o coração rejubilarem-se por ter eu cumprido sem desfalecimento a nobilíssima e espinhosa missão que me foi confiada. Da mesma forma dei a minha parcela de serviços à Pátria, cooperando para o alevantamento moral e cultural do nosso povo, dando combate ao maior inimigo do Brasil, o analfabetismo. Com o desvelo de mãe ao guiar os passos ainda incertos do seu querido infante, assim também guiei na escola muitas centenas de crianças que hoje se acham integradas nos múltiplos ramos das atividades da vida real. À ti, ó Pátria querida, preparei-te filhos capazes de te saberem amar, servir e engrandecer! (DONA LÍDIA CUNHA PEREIRA ARAÚJO, 1941:7)

Observamos que a professora normalista era formada para cumprir sua função ensinando as primeiras letras às crianças, contribuindo desse modo para o desenvolvimento do Brasil, porque a alfabetização era uma condição básica para que esse fim fosse alcançado.

Esse ideário, defendido pelos governos central e local, justificava de forma nobre o amor e dedicação das professoras primárias.

Nos anos de 1930 e 1940, as datas cívicas eram consideradas de extrema relevância para o calendário escolar do país e deviam ser obrigatoriamente comemoradas. As principais eram: o Dia da Árvore, o Dia Pan-Americano, o Dia da Bandeira, o Dia da Raça e o Dia da Pátria. Eram as crianças e os jovens que tinham papel de destaque nessas festividades, devendo homenagear a pátria em que viviam e pela qual deveriam ser responsáveis no futuro. Por isso os alunos dos estabelecimentos escolares que ofereciam o primário, o complementar, o secundário e as modalidades de ensino técnico, além do curso Normal, participavam desses eventos.

Essa orientação fazia parte de um projeto de legitimação mais amplo do regime político que se estabeleceu no Brasil a partir de 1930 e que, a partir do Estado Novo, ganhou grande dimensão. De acordo com esse ideário, caberia ao Estado a responsabilidade de tutelar a infância e a juventude, modelando seus pensamentos e ajustando-os ao novo ambiente político. Para isso era necessário a difusão de símbolos, a exaltação de mitos e o cumprimento de rituais oficiais.

O governo constituído a partir de 1930 valorizava de forma especial a bandeira do Brasil como um símbolo que representava a soberania nacional, a perpetuidade da pátria e a integridade do povo brasileiro. A defesa desse ideário fazia com que fosse dever de todos os filhos da nação realizar o culto cívico à bandeira, de modo que fosse respeitada e adorada a partir da infância.

Após a deflagração do Estado Novo, apenas a bandeira nacional poderia ser usada por todos os estados, e para demonstrar que o sistema federativo tinha sido efetivamente derrotado, foi realizada na capital do país uma cerimônia cívica onde ocorreu a queima das bandeiras estaduais, marcando a vitória do poder central sobre os estados. A bandeira nacional deveria ter lugar de destaque e ser empunhada com orgulho nas comemorações cívicas do país. De acordo com essa importância que representava na época, é possível entendermos o fato de que o Dia da Bandeira era outra data cívica festejada com destaque em Teresina, no dia 19 de novembro.

Apesar da importância de todas as datas cívicas, o Dia da Pátria era, na época, a principal comemoração do país, pois tratava-se de uma ocasião específica em que se festejava o marco revolucionário definitivo, a partir do qual o Brasil poderia desenvolver-se livremente e construir a nacionalidade que passaria a ser vivida por seus habitantes. Nessa busca era importante a consagração dos símbolos e heróis nacionais através da história dos grandes

vultos e das grandes efemérides, apontadas ufanisticamente como exemplos nos quais os brasileiros deveriam buscar inspiração.

A comemoração do Dia da Pátria envolvia um grande desfile público que tinha um público extenso e contava não somente com a participação direta de estudantes, mas também de forças militares e grupamentos trabalhistas. Havia uma série de instruções sobre as regras para o desfile que eram determinadas pela Guarnição Militar Federal de Teresina e divulgadas na imprensa local antes do evento:

[...] III - Local da Formatura: As forças deverão estar formadas às 7 h. e 30 m., em linha, em três fileiras, ao longo da Rua Barroso, do lado da sombra. IV - Revista: Às 8 h. 10 m. será passada a revista ao Destacamento, pelo Exmo. Sr. Interventor Federal. V - Compromisso à Bandeira- Às 8 h. e 20 m. será prestado o compromisso à bandeira pelos candidatos a reservista, quadros do 25º BC, na Praça Pedro II. VI - Desfile: Às 8 h. e 40 m., será iniciado o desfile, em coluna por 3, em direção à Praça Pedro II, onde serão prestadas as continências regulamentares ao Exmo. Sr. Interventor Federal. [...] (DIA DA PÁTRIA, 1940: 1)

Podemos observar que uma importante intenção desse desfile realizado no Dia da Pátria era mostrar a disciplina que orientava a consciência e o corpo dos participantes. Era essa condição que vigorava no Brasil, onde a presença de um Estado forte, comandado por um líder carismático como Getúlio Vargas, era justificada pela idéia de que o progresso do país somente poderia ser atingido com a manutenção da ordem. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo, com promessas de um futuro glorioso para o Brasil.

Nesse período, as comemorações cívicas passaram a ser cada vez mais numerosas e grandiosas, sendo amplamente divulgadas em longas notícias de jornal que muitas vezes ocupavam as primeiras páginas e eram amplamente ilustradas com fotografias. Podemos entender que esses eventos serviam como propaganda de um governo local que refletia o poder central na busca pela legitimidade popular, utilizando a defesa da brasilidade como motivo importante para manutenção do controle político. Isso ocorria porque o advento do Estado Novo não se originou de um movimento popular e também não se caracterizou pelo aspecto mobilizador.

A Escola Normal de Teresina sempre era chamada para fazer parte das comemorações nacionalistas e muitas vezes a participação das normalistas era de destaque. A presença de todas as alunas e alunos da Escola Normal era obrigatória nesses eventos, sendo que as portarias que comunicavam esse fato algumas vezes eram publicadas nos jornais da cidade, como no exemplo abaixo:

O Diretor da Escola Normal Oficial, usando de suas atribuições legais resolve: determinar, obrigatoriamente, o comparecimento de todos os alunos desta escola às solenidades que se realizarão nos dias 1º e 7 de setembro próximo, em que se comemoram o “Dia da Raça” e “Dia da Pátria”, respectivamente. Publique-se. (PORTARIA Nº 15, 1940: 12)

Eram as inspetoras disciplinares da Escola Normal as encarregadas de fazer as chamadas das normalistas para a formação durante as comemorações ocorridas nas datas cívicas. Aquelas alunas que faltassem a algum desses eventos estavam sujeitas a penalidades que eram aplicadas pela direção da Escola Normal, tais como faltas na caderneta e suspensões escolares.

É importante destacar que, no caso específico das normalistas, a responsabilidade assumida para a construção de um novo país consistia no fato de elas se tornarem profissionais que iriam contribuir efetivamente para a alfabetização infantil e conduzir a pátria para o progresso, que somente poderia ser alcançado tendo a educação como base. Além disso, elas também se formavam para ser mães, preparando-se de acordo com os princípios eugênicos para criarem filhos fortes e saudáveis, os quais seriam os brasileiros do amanhã, comprometidos com o futuro da nação.

REFERÊNCIAS

- BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.
- CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.
- Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.
- DIA da Pátria. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 199, p. 1-2, 5 de set. de 1940.
- DIA da Raça-Dia da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 234, p. 4 -7, 17 de out. de 1936.
- DONA Lídia Cunha Pereira Araújo. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 113, p. 7, 26 de maio de 1941.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.
- MONTEIRO, Maria de Lourdes Martins do Rêgo. Portaria nº 15. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 194, p. 12, 29 de ago. de 1940.
- PIAUHY. Decreto n. 1.498, de 17 de novembro de 1933. Equipara à Escola Normal Oficial a Escola Normal de Parnaíba e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Ano de 1933**. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.